01. Não se inclui no conceito de "conduta incompatível com a advocacia", que caracteriza infração disciplinar:
a) prática reiterada de jogo de azar, não autorizado por lei;
b) incontinência pública e escandalosa;
c) violar, sem justa causa, sigilo profissional.
d) embriaguez ou toxicomania habituais.

02. Antônio recebe Paulo, um antigo cliente do escritório de advocacia onde presta serviços. Após a entrevista, o preenchimento de relatório com os dados pessoais do cliente e a requisição dos documentos necessários, Antônio realiza a análise final dois dias depois da entrevista com o cliente e verifica que existe norma legal que contraria, expressamente, a pretensão apresentada.

Sobre o caso, observadas as regras do Estatuto da OAB, assinale a afirmativa **correta**.
a) O advogado pode postular contra texto expresso de lei.
b) O advogado deve aconselhar o cliente a procurar o Ministério Público para propor ação contra a lei.
c) O advogado pode se opor à norma expressa, aduzindo a sua inconstitucionalidade.
d) O advogado deve indicar ao cliente a desistência da ação, por não portar solução para o problema.

03. Determinado advogado, valendo-se dos poderes para receber, que lhe foram outorgados pelo autor de certa demanda, promove o levantamento da quantia depositada pelo réu e não presta contas ao seu cliente, apropriando-se dos valores recebidos. Por tal infração disciplinar, qual a sanção prevista no Estatuto da Advocacia e da OAB?
a) Censura, com possibilidade de conversão em advertência, caso o advogado infrator preste contas ao seu cliente antes do fim do processo disciplinar instaurado na OAB.
b) Suspensão pelo prazo de 30 (trinta) dias a 12 (doze) meses, perdurando a suspensão até que o advogado satisfaça integralmente a dívida.
c) Suspensão pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.
d) Exclusão.

Anotações

04. A advogada Ana retirou de cartório os autos de determinado processo de conhecimento em que representava a parte ré, para apresentar contesta-ção. Protocolou a petição tempestivamente, mas deixou de devolver os autos em seguida por esquecimento, só o fazendo após ficar pouco mais de um mês com os autos em seu poder. Ao perceber que Ana não devolvera os autos imediatamente após cumprir o prazo, o magistrado exarou despacho pelo qual a advogada foi proibida de retirar novamente os autos do cartório em carga, até o final do processo.

Nos termos do Estatuto da Advocacia, deve-se assentar quanto à sanção disciplinar que:

a) não se aplica porque Ana não chegou a ser intimada a devolver os autos.
b) não se aplica porque Ana ficou menos de três meses com os autos em seu poder.
c) aplica-se porque Ana reteve abusivamente os autos em seu poder.
d) aplica-se porque Ana não poderia ter retirado os autos de cartório para cumprir o prazo assinalado para contestação.

05. Acerca do processo disciplinar regulamentado no NOVO Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção **incorreta:**

a) Apresentadas as razões finais, o relator profere parecer preliminar, a ser submetido ao Tribunal de Ética e Disciplina.
b) Se, após a defesa prévia, o relator se manifestar pelo indeferimento liminar da representação, este deve ser decidido pelo Presidente do Conselho Seccional, para determinar seu arquivamento.
c) O comparecimento das testemunhas incumbe ao representante e ao representado, SALVO se, ao apresentarem o respectivo rol, requererem, por motivo justificado, sejam elas notificadas a comparecer à audiência de instrução do processo.
d) Na sessão de julgamento pelo TED será oportunizada a sustentação oral, após o voto do Relator.

06. Após os trâmites legais do procedimento de adoção, Dra. Marta, advogada, realizou seu sonho de ser mãe. A advogada adotante, procuradora nos autos de um procedimento judicial em que defende os interesses do Sr. João da Silva, requereu ao juízo a suspensão dos prazos processuais para exercer a maternidade. Acerca dos direitos da mulher advogada, assinale a opção **falsa**:

a) Dra. Marta apenas faria jus à suspensão dos prazos processuais caso fosse mãe biológica, e não adotante.
b) A suspensão dos prazos processuais no exemplo supra é direito da advogada, desde que a mesma seja a única patrona constituída dos autos, e desde que cientificado o cliente acerca da suspensão.
c) também é direito de Dra. Marta o acesso à creche, onde houver, ou local adequado ao atendimento às necessidades do bebê.
d) Mesmo que não seja a única advogada constituída nos autos, Dra. Marta tem preferência na ordem de sustentações orais e/ou audiências, desde que comprove sua condição de adotante.

Anotações

07. Os advogados Caio Mário e Sílvio Rodrigues resolveram constituir, na forma da lei, sociedade de advogados. Após longos anos de intensa atividade societária, os sócios resolveram seguir caminhos distintos. Acerca da sociedade de advogados, assinale a opção **incorreta**:

a) As sociedades têm seus atos constitutivos levados a registro no Conselho Seccional da OAB onde possuam sede.
b) É vedada às sociedades advocatícias, assim também aos advogados, a adoção de procedimentos de mercantilização.
c) Caso um dos sócios passe a exercer, temporariamente, atividade incompatível com a advocacia, referida anotação deverá ser averbada no registro societário, sem que haja alteração, contudo, em sua constituição.
d) Por ser sociedade pluripessoal, com a separação dos sócios, ela necessariamente será extinta, não sendo possível sua conversão em sociedade unipessoal de advocacia.

08. Juliana Pereira e sua advogada, Dra. Fernanda, obtiveram êxito em ação ordinária que esta patrocinou em favor daquela, tendo o juiz, na condenação, fixado também os honorários de sucumbência. O réu, devedor, encontra-se em situação financeira difícil, razão pela qual não vem honrando seus compromissos. Os credores estão habilitando seus respectivos créditos, dentre eles Juliana e Dra. Fernanda. Sobre os honorários advocatícios, marque a opção **verdadeira**:

a) Como o crédito decorrente dos honorários é exclusivo de Dra. Fernanda, esta terá, se necessário for, que executar o devedor ou mesmo requerer o cumprimento de sentença em autos apartados.
b) Dada sua natureza alimentar, o crédito de Dra. Fernanda é privilegiado em relação aos demais credores, podendo a advogada até mesmo recebê-los antes da própria cliente, dependendo da natureza do crédito de Juliana.
c) Se sobrevier falecimento de Dra. Fernanda, o crédito decorrente de honorários de sucumbência será recebido por seus sucessores.
d) O acordo eventualmente celebrado entre Juliana e o devedor não prejudica Dra. Fernanda quanto aos honorários, quer sejam contratuais, quer sucumbenciais.

Anotações

09. Dr. João de Deus é advogado empregado da empresa XYZ Ltda., que atua no ramo de comércio exterior. Em determinado procedimento judicial, referida empresa é defendida por seu advogado empregado, que entende que determinada linha de defesa é a mais favorável. De outro lado, após reunião de diretoria, a pessoa jurídica decide adotar linha defensiva diametralmente oposta àquela indicada por Dr. João. Com base no exposto e à luz das normas aplicáveis ao advogado empregado, marque a opção **falsa**:

a) Excepcionalmente o STF tem admitido a renúncia, por parte do advogado empregado, aos honorários de sucumbência em favor do empregador, desde que referida renúncia seja expressa, por entender que a Lei n.º 8.906/94 (EAOAB) é subsidiária em relação à vontade das partes.
b) Uma vez que a subordinação é inerente a toda e qualquer relação empregatícia, nos termos da legislação trabalhista em vigor, Dr. João tem o dever de adotar a tese defensiva escolhida pela diretoria da empresa empregadora, não considerando sua opinião pessoal sobre o tema.
c) Como advogado empregado, além do salário fixo a que faz jus, Dr. João terá direito também aos honorários sucumbenciais fixados nas causas em que o empregador for parte.
d) A jornada de trabalho de Dr. João de Deus será, em regra, de quatro horas diárias ou vinte semanais, excetuadas situações de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva ou regime de dedicação exclusiva.

10. Dr. Luciano Pereira é procurador do Município de Brejo Seco/MG, tendo ingressado na carreira regularmente, pela via do concurso público. Passados alguns anos no exercício de referida função, e em razão dos bons serviços prestados à municipalidade, o Prefeito Municipal decidiu nomeá-lo Procurador-Geral do Município, e assim o fez. Com base na situação exposta, acerca das incompatibilidades e impedimentos, marque a alternativa **correta**:

a) Os procuradores dos entes da Administração Pública Direta, nos seus diferentes níveis, exercem função incompatível com a advocacia.
b) Os impedimentos determinam a proibição total, e as incompatibilidades proibição parcial ao exercício da advocacia.
c) Uma vez que está subordinado à legislação municipal específica do ente público, no exercício de suas funções de procurador municipal, Dr. Luciano responde disciplinarmente perante a Corregedoria do Município, e não perante a OAB.
d) Enquanto Procurador Municipal, Dr. Luciano Pereira possuía apenas o impedimento de advogar em desfavor da Fazenda Pública que o remunera; após sua nomeação como Procurador-Geral do Município, o exercício da advocacia de Dr. Luciano tornou-se mais limitado, eis que só poderá, durante a investidura no cargo, exercer a advocacia estritamente vinculada à função de Procurador-Geral.

Anotações

11. Marcelo, renomado advogado, foi convidado para participar de matéria veiculada pela Internet, por meio de portal de notícias, com a finalidade de informar os leitores sobre direitos do consumidor. Ao final da matéria, mediante sua autorização, foi divulgado o *e-mail* de Marcelo, bem como o número de telefone do seu escritório.

Sobre essa situação, de acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa **correta**.

a) Marcelo não pode participar de matéria veiculada pela Internet, pois esse fato, por si só, configura captação de clientela.
b) Marcelo pode participar de matéria veiculada pela Internet, mas são vedadas a referência ao *e-mail* e ao número de telefone do seu escritório ao final da matéria.
c) Marcelo pode participar de matéria veiculada pela Internet e são permitidas a referência ao *e-mail* e ao número de telefone do seu escritório ao final da matéria.
d) Marcelo pode participar de matéria veiculada pela Internet, mas é vedada a referência ao número de telefone do seu escritório ao final da matéria, sendo permitida a referência ao seu *e-mail*.

12. Cláudio, advogado inscrito na Seccional da OAB do Estado do Rio de Janeiro, praticou infração disciplinar em território abrangido pela Seccional da OAB do Estado da São Paulo. Após representação do interessado, o Conselho de Ética e Disciplina da Seccional da OAB do Estado do Rio de Janeiro instaurou processo disciplinar para apuração da infração.

Sobre o caso, de acordo com o Estatuto da OAB, o Conselho de Ética e Disciplina da Seccional da OAB do Estado do Rio de Janeiro

a) não tem competência para punir disciplinarmente Cláudio, pois a competência é exclusivamente do Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.
b) tem competência para punir disciplinarmente Cláudio, pois a competência é exclusivamente do Conselho Seccional em que o advogado se encontra inscrito, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.
c) tem competência para punir disciplinarmente Cláudio, pois a competência é concorrente entre o Conselho Seccional em que o advogado se encontra inscrito e o Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.
d) não tem competência para punir disciplinarmente Cláudio, pois a competência é exclusivamente do Conselho Federal, ainda que a falta não tenha sido cometida perante este, quando o advogado for inscrito em uma Seccional e a infração tiver ocorrido na base territorial de outra.

Anotações

13. Juliana, advogada, foi empregada da sociedade empresária OPQ Cosméticos e, em razão da sua atuação na área tributária, tomou conhecimento de informações estratégicas da empresa.
Muitos anos depois de ter deixado de trabalhar na empresa, foi procurada por Cristina, consumidora que pretendia ajuizar ação cível em face da OPQ Cosméticos por danos causados pelo uso de um de seus produtos.
Juliana, aceitando a causa, utiliza-se das informações estratégicas que adquirira como argumento de reforço, com a finalidade de aumentar a probabilidade de êxito da demanda.

Considerando essa situação, segundo o Estatuto da OAB e o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa **correta**.

a) Juliana não pode advogar contra a sociedade empresária OPQ Cosméticos, tampouco se utilizar das informações estratégicas a que teve acesso quando foi empregada da empresa.
b) Juliana pode advogar contra a sociedade empresária OPQ Cosméticos, mas não pode se utilizar das informações estratégicas a que teve acesso quando foi empregada da empresa.
c) Juliana pode advogar contra a sociedade empresária OPQ Cosméticos e pode se utilizar das informações estratégicas a que teve acesso quando foi empregada da empresa.
d) Juliana não pode advogar contra a sociedade empresária OPQ Cosméticos, mas pode repassar as informações estratégicas a que teve acesso quando foi empregada da empresa, a fim de que sejam utilizadas por terceiro que patrocine a causa de Cristina.

14. Em determinada subseção da OAB, constatou-se grave violação à disciplina prevista na Lei nº 8.906/94, no que diz respeito ao exercício de suas atribuições de representar a OAB perante os poderes constituídos e de fazer valer as prerrogativas do advogado.

Considerando a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa **correta**.

a) Compete ao Conselho Federal da OAB intervir na aludida subseção mediante voto de dois terços de seus membros.
b) Compete ao Conselho Federal da OAB intervir na aludida subseção mediante decisão por maioria do Órgão Especial do Conselho Pleno.
c) Compete ao Conselho Seccional respectivo da OAB intervir na aludida subseção mediante decisão unânime de sua diretoria.
d) Compete ao Conselho Seccional respectivo da OAB intervir na aludida subseção mediante voto de dois terços de seus membros.

Anotações

15. Os advogados Raimundo da Silva, Severino da Silva e Juscelino da Silva constituíram sociedade simples de prestação de serviços de advocacia, denominada Silva Advogados, com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB pertinente ao local da sede. Severino figura como sócio-gerente. Além dos três advogados, não há outros sócios ou associados.

Considerando a situação narrada e a disciplina do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa **correta**.

a) Os atos indispensáveis à satisfação das finalidades da pessoa jurídica apenas podem ser praticados por Raimundo, Severino ou Juscelino, sendo vedada a prática de atos por Silva Advogados, uma vez que as atividades necessárias ao desempenho da advocacia devem ser exercidas individualmente, ainda que revertam à sociedade os proveitos.
b) Os atos indispensáveis à satisfação das finalidades da pessoa jurídica podem ser praticados por Silva Advogados; porém, os atos privativos de advogado devem ser praticados por Raimundo, Severino ou Juscelino.
c) Os atos indispensáveis à satisfação das finalidades da pessoa jurídica e os atos privativos de advogado podem ser praticados por Silva Advogados.
d) Os atos destinados à satisfação das finalidades da pessoa jurídica apenas devem ser praticados por Severino, sendo vedada a prática de atos por Silva Advogados, uma vez que as atividades necessárias ao desempenho da advocacia devem ser exercidas individualmente, ainda que revertam à sociedade os proveitos. Os atos também não podem ser praticados pelos demais sócios, já que Severino figura como sócio-gerente.

16. Carolina, Júlia, Bianca e Maria são advogadas. Carolina é servidora estadual não enquadrada em hipótese de incompatibilidade; Júlia está cumprindo suspensão por infração disciplinar; Bianca está licenciada por requerimento próprio justificado; e Maria é servidora federal não enquadrada em hipótese de incompatibilidade. As quatro peticionam, como advogadas, isoladamente e em atos distintos, em ação judicial proposta em face da União.

Diante da situação narrada, de acordo com o Estatuto da OAB, são válidos os atos praticados

a) por Carolina, apenas.
b) por Carolina e Bianca, apenas.
c) por Carolina, Bianca e Maria, apenas.
d) por Carolina, Julia, Bianca e Maria.

Anotações

17. O Conselho Seccional X da OAB criou dez subseções e uma Caixa de Assistência dos Advogados. Dentre as subseções, inclui-se a Subseção Y, cuja área territorial abrange um município.

Considerando a hipótese narrada, analise as afirmativas a seguir e assinale a única **correta**.

a) O Conselho Seccional X é dotado de personalidade jurídica própria; já a Caixa de Assistência dos Advogados e a Subseção Y não possuem personalidade jurídica própria, caracterizando-se como partes autônomas do Conselho Seccional X.
b) O Conselho Seccional X e a Caixa de Assistência dos Advogados são dotados de personalidade jurídica própria; já a Subseção Y não possui personalidade jurídica própria, caracterizando-se como parte autônoma do Conselho Seccional X.
c) O Conselho Seccional X, a Caixa de Assistência dos Advogados e a Subseção Y não possuem personalidade jurídica própria. Trata-se de órgãos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a qual é dotada de personalidade jurídica.
d) O Conselho Seccional X, a Caixa de Assistência dos Advogados e a Subseção Y possuem, cada qual, personalidade jurídica própria.

18. Viviane, Paula e Milena são advogadas. Viviane acaba de dar à luz, Paula adotou uma criança e Milena está em período de amamentação.

Diante da situação narrada, de acordo com o Estatuto da OAB, assinale a afirmativa **correta**.

a) Viviane e Milena têm direito a reserva de vaga nas garagens dos fóruns dos tribunais.
b) Viviane e Paula têm direito à suspensão de prazos processuais, em qualquer hipótese, desde que haja notificação por escrito ao cliente.
c) Viviane, Paula e Milena têm direito de preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.
d) Paula e Milena têm direito a entrar nos tribunais sem serem submetidas a detectores de metais e aparelhos de raio-X.

Anotações

19. A advogada Maria foi procurada por certo cliente para o patrocínio de uma demanda judicial. Ela, então, apresentou ao cliente contrato de prestação de seus serviços profissionais.
A cláusula dez do documento estabelecia que Maria obrigava-se apenas a atuar na causa no primeiro grau de jurisdição. Além disso, a cláusula treze dispunha sobre a obrigatoriedade de pagamento de honorários, em caso de ser obtido acordo antes do oferecimento da petição inicial. Irresignado, o cliente encaminhou cópia do contrato à OAB, solicitando providências disciplinares.

Sobre os termos do contrato, assinale a afirmativa **correta**.

a) A cláusula dez do contrato viola o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, uma vez que é vedada a limitação do patrocínio a apenas um grau de jurisdição. Quanto à cláusula treze, não se vislumbram irregularidades.
b) Não se vislumbram irregularidades quanto às claúsulas dez e treze do contrato, ambas consonantes com o disposto no Estatuto da OAB e no Código de Ética e Disciplina da OAB.
c) A cláusula treze do contrato viola o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, uma vez que o advogado não faz jus ao recebimento de honorários contratuais em caso de acordo feito entre o cliente e a parte contrária, anteriormente ao oferecimento da demanda. Quanto à cláusula dez, não se vislumbram irregularidades.
d) A cláusula dez do contrato viola o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, uma vez que é vedada a limitação do patrocínio a apenas um grau de jurisdição. A cláusula treze do contrato também viola o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, uma vez que o advogado não faz jus ao recebimento de honorários contratuais em caso de acordo feito entre o cliente e a parte contrária, anteriormente ao oferecimento da demanda.

Anotações

20. No ano de 2017, deverá se realizar a Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, órgão consultivo máximo do Conselho Federal, que se reúne trienalmente.
Cientes do evento, Raul, Francisco e Caetano decidem participar como membros efetivos da Conferência. Raul, advogado, é conselheiro de certo Conselho Seccional da OAB. Francisco é advogado, regularmente inscrito na OAB, e não exerce previamente função junto a qualquer órgão da instituição. Caetano é estagiário, regularmente inscrito como tal junto à OAB, e também não exerce previamente função em nenhum de seus órgãos.

Considerando o disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa **correta**.

a) Raul participará como membro efetivo da Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, caso em que terá direito a voto. Os demais, mesmo inscritos na Conferência, poderão participar apenas como convidados ou ouvintes, sem direito a voto.
b) Francisco, se inscrito, e Raul participarão como membros efetivos da Conferência Nacional da Advocacia Brasileira. Porém, o direito a voto é conferido apenas a Raul. Caetano, ainda que inscrito na conferência, somente poderá participar como ouvinte.
c) Francisco e Caetano, se inscritos na Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, dela participarão como membros efetivos, mas o direito a voto é conferido apenas a Francisco. Raul fica impedido de participar como membro efetivo da conferência, tendo em vista que já exerce função em órgão da OAB.
d) Raul participará como membro efetivo da Conferência Nacional da Advocacia Brasileira. Do mesmo modo, Francisco e Caetano, se inscritos na conferência, poderão participar como membros efetivos, permitindo-se, aos três, o direito a voto.

Anotações